



R.A. 143.488/2023

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis....	03
Balanço patrimonial.....	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente.....	09
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da
F3C Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da F3C Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da F3C Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	81	4.258	6.364	5.055
Contas a receber	5	-	-	2.739	2.132
Despesas antecipadas		-	-	-	28
Impostos e contribuições a recuperar		4	25	4	25
Adiantamentos a fornecedores		3	-	113	14
Ativo contratual da concessão CP	6	-	-	8.525	7.412
		88	4.283	17.745	14.666
Ativo não circulante					
Partes relacionadas LP	7	22.140	52.042	22.140	24.721
Ativo contratual da concessão LP	6	-	-	191.825	173.564
Cauções e depósitos judiciais	8	-	-	-	4.920
Aplicação Financeira vinculada	4	4.770	-	12.950	-
Outros créditos LP		-	-	37	-
Investimentos	9	91.048	53.542	-	-
		117.958	105.584	226.952	203.205
Total do ativo		118.046	109.867	244.697	217.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	10	49	41	251	1.077
Debêntures CP	11	453	5.825	7.264	11.087
Obrigações tributárias	12	1	23	326	274
Encargos regulatórios	16	-	-	195	-
		503	5.889	8.036	12.437
Não circulante					
Debêntures LP	11	67.310	65.000	170.420	146.325
Provisão para riscos processuais	13	-	-	2.624	7.762
Impostos e contribuições diferidos	14	-	-	13.384	12.366
		67.310	65.000	186.428	166.452
Patrimônio líquido					
Capital social	15	60.302	60.302	60.302	60.302
Prejuízo acumulado		(10.069)	(21.323)	(10.069)	(21.322)
		50.233	38.979	50.233	38.980
Participação de minoritários		-	-	-	3
Total do patrimônio líquido		50.233	38.979	50.233	38.983
Total do passivo e do patrimônio líquido		118.046	109.867	244.697	217.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro

(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	-	41.331	15.534
Custos operacionais	17	-	(578)	(16.406)
Lucro (prejuízo) bruto		-	40.754	(872)
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	17	(1.126)	(3.427)	(1.393)
Resultado de equivalência patrimonial	18	24.128	-	-
		23.002	(3.427)	(1.393)
Resultado operacional		23.002	37.327	(2.265)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras		(12.242)	(25.798)	(18.336)
Receitas financeiras		493	1.104	412
		(11.749)	(24.694)	(17.924)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		11.253	12.633	(20.189)
IRPJ e CSLL corrente		-	(84)	(94)
IRPJ e CSLL diferidos		-	(1.296)	(614)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		11.253	11.253	(20.897)
Atribuíveis a				
Controladores			11.253	(20.896)
Não Controladores			-	(1)
			11.253	(20.897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro / (prejuízo) do Período	11.253	(20.896)	11.253	(20.897)
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.253	(20.896)	11.253	(20.897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido atribuível aos sócios	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	(426)	(416)	-	(416)
Aumento/(Redução) de Capital	60.292	-	60.292	3	60.295
Prejuízo do período	-	(20.896)	(20.896)	-	(20.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.302	(21.322)	38.980	3	38.983
Aumento/(Redução) de Capital	-	-	-	(3)	(3)
Lucro do Período	-	11.253	11.253	-	11.253
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.302	(10.069)	50.233	-	50.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	11.253	(20.896)	11.253	(21.322)
Encargos das debêntures	-	5.427	5.410	8.439
Atualização do ativo contratual	-	-	(15.509)	(17.163)
Margem de construção do ativo contratual	-	-	(22.758)	17.135
Resultado de equivalência patrimonial	(24.128)	6.749	-	-
Receita de Operação e Manutenção	-	-	(4.962)	-
Rendimento sobre aplicações vinculadas	(494)	-	(673)	-
Tributos diferidos	-	-	2.766	1.367
	(13.369)	(8.720)	(24.473)	(11.544)
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	(607)	(2.132)
Impostos a recuperar	21	(25)	21	(25)
Despesas antecipadas	-	-	28	(28)
Partes relacionadas	29.902	(22.922)	2.581	(24.721)
Adiantamentos a fornecedores	(3)	-	(99)	(14)
Cauções e depósitos judiciais	-	-	4.920	(4.920)
Outros créditos	-	-	(37)	-
	29.920	(22.947)	6.807	(31.840)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	8	41	(825)	1.077
Debêntures	12.238	8.440	16.727	16.221
Impostos diferidos	-	-	(1.748)	10.998
Obrigações tributárias	(21)	21	53	274
Encargos regulatórios	-	-	195	-
Provisões para litígios	-	-	(5.138)	7.762
	12.225	8.502	9.264	36.332
Caixa líquido originado das atividades operacionais	28.776	(23.165)	(8.402)	(7.052)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Ativo contratual da concessão	-	-	23.854	(180.948)
Investimentos	(28.677)	(60.292)	-	-
Dividendos recebidos	15.300	-	-	-
Aplicação Financeira vinculada	(4.276)	-	(12.276)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(17.653)	(60.292)	11.578	(180.948)
Atividades de financiamentos				
Aumento (redução) de capital	-	60.292	-	60.300
Liberção Debentures	-	-	21.300	146.420
Amortização dos juros	(15.300)	(8.440)	(23.165)	(13.668)
Participação de não controladores	-	-	(3)	3
Caixa aplicado em atividades de financiamento	(15.300)	51.852	(1.868)	193.055
	(4.177)	(31.605)	1.308	5.055
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.258	35.863	5.055	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	81	4.258	6.364	5.055
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.177)	(31.605)	1.308	5.055

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A F3C Investimentos S.A. é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, constituída em 11 de agosto de 2020. O objeto social da “F3CI” é a compra e venda de títulos e valores mobiliário, participações societárias não permanentes, títulos de créditos e quaisquer outros ativos financeiros para posterior alienação, podendo ainda participar como acionista ou sócia cotista em outras sociedades.

Em fevereiro de 2021 comprou a Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” que é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social é a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Em 2016 assinou seu primeiro Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016, datado de 27 de junho, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão.

1.1. Efeitos Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, visando manter suas operações e continuidade operacional de suas controladas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, onde a administração têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores habilitados para exercerem suas atividades remotamente cuja a natureza do trabalho possa ser realizada desta forma; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios, suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas às unidades de negócio da Companhia; treinamentos on-line para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, a administração avaliou e não identificou impactos relevantes em relação aos saldos contábeis para os exercícios de 31 de dezembro de 2022.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Elaboração e preparação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1.1 Critérios de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*.

Foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base da controladora, sendo 31 de dezembro de 2022.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a)** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b)** Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c)** Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d)** Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as participações da Companhia são as seguintes:

Razão social	Negócio	Participação em	
		2022 e 2021	
		Direta	Direta
Campinas-Itatiba SPE S.A	Transmissora de Energia	100%	99,99%

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento nas controladas foi inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pelas investidas. A participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.3 Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), (Nota 5) Contas a receber e partes relacionadas (Nota 7) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por (nota 10) Fornecedores e (nota 11) Debêntures, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.3. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As Controladas classificaram seu ativo da concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Trimestralmente, à medida que as Controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.5. Investimento

O investimento nas sociedades controladas, são registradas e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (controladora). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – diferido e corrente

A Companhia e suas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está sujeita a processos de natureza cível, fiscal, entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.12. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- **IAS 16 – Ativo imobilizado:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado;
- **IFRS 3 – Combinação de Negócios** – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

- **IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros:** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. **Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.**

• **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. **As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.**

• **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. **As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.**

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. **As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.** Já que as alterações ao Practice Statement 2: Making Materiality Judgements fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (**1º de janeiro de 2023**).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

4. Caixa, equivalentes de caixa e Aplicação Vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas correntes bancárias	-	502	1	1.003
Aplicações financeiras	81	3.756	6.363	4.052
Aplicação Financeira vinculada	4.770	-	12.950	-
	4.851	4.258	19.314	5.055
Circulante	81	4.258	6.364	5.055
Não Circulante	4.770	-	12.950	-
	4.851	4.258	19.314	5.055

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras de longo prazo são referentes as obrigações pecuniárias das Debêntures 12.431 (Campitiba) e Debêntures Mezanino (F3CI) compostas de Caixa Reserva e Caixa Mínimo esses caixas são usados como uma garantia de liquidação da PMT em casos de uma possível inadimplência.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias	-	-	2.739	2.132
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.739</u>	<u>2.132</u>

6. Ativo contratual da concessão

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empresa				
Campitiba	-	-	200.351	180.976
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>200.351</u>	<u>180.976</u>
Circulante			8.525	7.412
Não Circulante	-	-	191.825	173.564
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>200.350</u>	<u>180.976</u>

6.1 Composição e movimentação dos ativos contratuais de concessão

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da controlada “Campitiba” é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis, se houver, no final do prazo da concessão.

- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP;

Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2022:

Controlada “Campitiba”

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	180.976	165.282
Adições (Receita de construção) (a)	1.443	18.607
Adições (Receita de Operação e Manutenção)	4.962	356
Juros e atualização financeira (b)	15.509	17.163
Margem de construção (c)	22.758	(17.135)
Recebimentos (RAP)	(25.297)	(3.297)
Saldo final	200.351	180.976
WACC	0,82%	0,82%
Margem de construção	21,50%	15,10%
Circulante	8.526	7.412
Não circulante	191.825	173.564
	200.351	180.976

6.2 Receita Anual Permitida (RAP) – Indisponibilidade da Rede

Em dezembro de 2021 a Controlada “Campitiba” recebeu penalidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por atraso na entrada em operação (Indisponibilidade da Rede) no valor total de R\$ 2.358. A penalidade seria descontada da RAP em 18 parcelas fixas.

Em 23/05/2022 foi deferida a sentença solicitando ao ONS à recontabilização dos descontos já realizados. O processo administrativo o nº 48500.000566/2022-41 aguarda conclusão nos autos.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes Relacionadas

• Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
F3C Empreendimentos e Participações	22.140	24.721	22.140	24.721
Transmissora Campitiba	-	27.321	-	-
	22.140	52.042	22.140	24.721

8. Cauções e depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cauções e depósitos judiciais	-	-	-	4.920
	-	-	-	4.920

Referem-se a depósitos efetuados pela controlada “Campitiba”, representam substancialmente o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões.

Os valores estão relacionados ao processo de desapropriação para construção da linha de transmissão.

9. Investimentos

	Patrimônio Líquido	Participação	Saldo em 31/12/2022
Campitiba	91.048	100,00%	91.048
	91.048		91.048

Movimentação em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Adição/Baixa	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Campitiba	53.542	28.678	(15.300)	24.128	91.048
	53.542	28.678	(15.300)	24.128	91.048

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	Saldo em 31/12/2020	Adição/Baixa	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Campitiba	-	60.292	(6.749)	53.542
	-	60.292	(6.749)	53.542

9.1 Investida:

(a) Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. (Campitiba)

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, decorrente do Contrato de Concessão nº 14/2016-ANEEL. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em operação, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	49	41	251	1.077
	49	41	251	1.077

A composição do consolidado em 2021 é composta principalmente do saldo da controlada “Campitiba”, composta pelo fornecedor Siemens Ltda. e demais para a conclusão de sua Linha de Transmissão e Subestação. O montante total registrado deste fornecedor é de R\$ 885 em 31 de dezembro de 2021 que representava 82% da conta.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.825	3.270	65.000	62.128
Emissão de Debêntures	-	-	-	-
Amortização de principal e juros	(15.300)	(8.440)	-	-
Juros sobre debêntures	11.597	4.984	641	4.294
Variação monetária	-	-	-	4.589
Custos	-	-	-	-
Apropriação de custos	-	-	-	-
Transferência entre curto e longo prazo	(1.669)	6.011	1.669	(6.011)
	453	5.825	67.310	65.000

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Saldo inicial	11.087	7.171	146.325
Emissão de Debêntures	-	-	21.300	-
Amortização de principal debêntures	(3.454)	-	-	-
Amortização de juros debêntures	(23.165)	(13.668)	-	(4.858)
Juros sobre debêntures	19.748	8.840	2.917	7.804
Variação monetária	2.848	387	-	12.409
Apropriação de custos	-	-	78	78
Transferência entre curto e longo prazo	200	8.357	(200)	(8.357)
	7.264	11.087	170.420	146.325

As Emissões ocorreram na controladora “F3C Investimentos” e controlada “Campitiba”, conforme segue:

- **F3C Investimentos**

Em 08 de dezembro de 2020 (“Escritura de Emissão”) a companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2020 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 544.143/20-6, em 21 de dezembro de 2020.

O valor total da Emissão é de R\$ 65.000 (Sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- **Campitiba**

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”). Por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures. Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do ME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

(iii) Emissões

Em 18 de setembro de 2019, houve emissão de 70.000 (setenta mil) Debentures da 1ª série e 20.000 (vinte mil) Debentures da 2ª série, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo um total de 90.000 (noventa mil) Debentures, a um valor correspondente de R\$ 90.000.000. Salientando que a liberação da 2ª série está vinculada ao início das operações de transmissão.

As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, com garantia real e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2039. As Debêntures de 2ª emissão terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos e 6 (seis) meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de março de 2040.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo é corrigido e apropriado mensalmente na contabilidade a partir da data de emissão, pela variação percentual acumulada do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e juros de 9% (nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a data de emissão, conforme Escritura de Emissão de Debêntures.

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

<u>Data</u>	<u>Valor</u>
03/10/2019	30.000
04/12/2019	30.000
16/06/2020	10.000
	<u>70.000</u>

(iv) Integralização de 2º série

Em 05 de dezembro de 2022 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, registrada na JUCESP, por meio do qual foi aprovado a integralização da segunda série das Debêntures.

A liberação da 2º série estava condicionada ao cumprimento do Completion Financeiro de acordo com a cláusula 4.3.1.4 da referida escritura. Em 07 de dezembro de 2022 ocorreu a integralização total da 2º série compostas por 20.000 debentures ao valor de R\$ 1.065,00 que totalizou o montante de R\$ 21.300 (Vinte e um milhões e trezentos mil reais).

12. Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ	-	-	139	55
CSLL	-	22	86	57
PIS	-	-	13	22
COFINS	-	-	64	101
ISS	-	-	5	12
Outros tributos e contribuições	1	1	19	27
	<u>1</u>	<u>23</u>	<u>326</u>	<u>274</u>

12.1 Processo com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada “Campitiba” está envolvida em processo fiscal cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processo tributário - IRPJ e CSLL (a)	2.679	263
	<u>2.679</u>	<u>263</u>

(a) Processo nº 5025565-25.2019.4.03.6100 – A Companhia realiza o cálculo de sua apuração do IRPJ/CSLL, considerando os percentuais de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) e não pela presunção de 32%.

13. Provisão para riscos processuais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos processuais	-	-	2.624	7.762
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.624</u>	<u>7.762</u>

No consolidado os montantes referem-se a processos onde a controlada “Campitiba” é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas.

14. Impostos e contribuições diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL diferidos			6.071	5.600
PIS e COFINS diferidos	-	-	7.313	6.766
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.384</u>	<u>12.366</u>

- Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida, na “Campitiba”.
- Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida, nas transmissoras “Campitiba”.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação das receitas futuras.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital subscrito e integralizado está representado por 60.302 mil ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção			22.758	474
Receita de atualização do ativo contratual	-	-	15.509	15.813
Receita de operação e manutenção			4.962	-
Receita Bruta	-	-	43.229	16.287
(-) PIS sobre Receita - diferido	-	-	(262)	(134)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	-	-	(1.209)	(619)
(-) Encargos regulatórios			(427)	
Deduções da Receita	-	-	(1.898)	(753)
Receita líquida	-	-	41.331	15.534

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos operacionais, outras receitas e despesas gerais e administrativas

• Controladora

Custos e despesas operacionais	31/12/2022		31/12/2021	
	Despesa	Total	Despesa	Total
Pessoal	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.125)	(1.125)	(584)	(584)
Seguros	-	-	-	-
Alugueis	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-
Impostos e taxas	(1)	(1)	(3)	(3)
Outros custos e despesas	-	-	-	-
	(1.126)	(1.126)	(587)	(587)

• Consolidado:

Custos e despesas operacionais	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custo	Despesa	Total
Custo de construção	(578)	-	(578)	(18.607)	-	(18.607)
Serviços de terceiros	-	(5.945)	(5.945)	-	(1.390)	(1.390)
Pessoal	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Materiais	-	(247)	(247)	-	(1)	(1)
Alugueis	-	(203)	(203)	-	-	-
Seguros	-	(28)	(28)	-	(24)	(24)
Impostos e taxas	-	(3)	(3)	-	(6)	(6)
Outros custos e despesas	-	3.000	3.000	-	-	-
	(578)	(3.427)	(4.005)	(18.607)	(1.422)	(20.029)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	81	4.258	6.364	5.055
Contas a receber	-	-	2.739	2.132
Adiantamentos a fornecedores	3	-	113	14
Partes relacionadas	22.140	52.042	22.140	24.721
	22.224	56.300	31.356	31.922

Passivo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	49	41	251	1.077
Debêntures CP	453	5.825	7.264	11.087
Debêntures LP	67.310	65.000	170.420	146.325
	67.812	70.866	177.935	158.489

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia buscou captar recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas corrigidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo mesmo índice que são remunerados os ativos da companhia de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

19. Cobertura de seguros

A controlada “Campitiba” mantém a cobertura de seguro Garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

	DESCRIÇÃO DA GARANTIA
Seguradora:	Tokio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	nº 061902016820707750006599
Tipo:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R\$ 8.083.600,00
Valor do prêmio*:	R\$ 697.625,75
Período de vigência:	23/06/2016 a 24/03/2022

Não houve a renovação de seguros após o vencimento da apólice em razão da obra ser concluída em 07/11/2021, não sendo necessária a manutenção da garantia contratual.

20. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações contábeis e a data da sua respectiva aprovação.